

ENTREVISTA COM MÔNICA BEDÊ

GESTORA PÚBLICA

DATA: 09/09/2021

LOCAL: ONLINE

PARTICIPANTES:

Giselle

Mônica

TAGS:

Dados Gerais

Habitação

Relações de vizinhança e ações comunitárias

Fase de mobilização

Fase de projeto

Fase de obra

Pós-Ocupação

SIGLAS (em ordem de aparição):

PT – Partido dos Trabalhadores

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

IGC – Instituto de Geociências da UFMG

PROMEVIDA - *no lugar de PROMEVIDA se lê PRODECOM (Programa de Desenvolvimento de Comunidades), informação verificada com a entrevistada em: 24/09/2021

FUCVAM – Federação Uruguaia de Cooperativas de Vivienda de Ayuda Mutua. Exemplo mais famoso de habitação autogerida na América Latina.

OPH – Orçamento Participativo da Habitação

PSDB – Partido Social da Democracia Brasileira

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

1. Na sua dissertação você menciona que a autogestão partiu de um grupo de técnicos da URBEL e em entrevista com Antônia Puertas são mencionados os nomes de Carlos Medeiros, Cláudia Machado assim como o seu, como os responsáveis pela disseminação dessa ideia. Nós gostaríamos de saber quem mais compunha esse grupo e sobre como surgiu a ideia da construção do sistema municipal de habitação e especificamente da autogestão como uma modalidade possível para produção de moradias e também quais as estratégias usadas por vocês para viabilizar esse modelo.

[Fase de mobilização]

Mônica: [...]quero pedir desculpa antecipada porque a memória pode falhar aí né. Faz muito tempo... mas era uma proposta embalada pelos militantes ligados à Igreja e ao PT, basicamente, tanto que na composição do governo, e não era um governo só PT, era o governo de uma aliança. Essa ideia da autogestão ela não era assumida muito pelo pessoal do PCdoB não, tá? A presidente da URBEL, que era do PCdoB, a Dalva Estela. O pessoal do PCdoB... eu falo um pouco sobre isso lá na dissertação... o pessoal do PCdoB ia naquela linha de que era sobre trabalho, né, era exploração e tal e eles achavam que o Estado tinha que prover sem sobrecarregar o trabalhador. Então era uma postura desse tipo assim que isso era colocado nas costas do trabalhador, a responsabilidade pela produção da sua moradia, e devia ser um item provido pelo Estado [...] então já tinha essa, digamos, essa divisão aí na equipe que estava à frente da gestão da política habitacional. A Dalva, ela respeitava, ela vinha do movimento popular de moradia ligado ao PCdoB então ela respeitava a gente como militantes... que a gente, tanto eu como Antônia Puertas, quanto Carlos Medeiros éramos militantes ligados ao movimento de luta pela moradia, os dois muito ligados ao PT e [...] eu conversava também com o movimento do PCdoB, com o movimento do PT, [...] desde sempre eu fiz essa ponte. Mas a Dalva, pelo fato da gente ser militante, pelo fato dela saber que era uma bandeira do movimento de luta pela moradia, ela respeitava, mas é... tinham essa posição assim... meio resistente à ideia da autogestão. Dentre os técnicos ligados ao PT que estavam lá na URBEL éramos eu, a Cláudia, o Carlos, a Antônia. A Antônia a gente chamou ela depois pra coordenar o programa, no início ela não estava não, então era eu, Carlos, a Cláudia e tinha Heloísa Soares, a Heloísa lá do IGC, ela compunha nosso grupo também e ela trabalhou bem no início lá da história. Assim que eu me lembre éramos nós, assim era um pequeno grupo. Carlos estava vindo de Ipatinga, porque o Chico Ferramenta já tinha tido um mandato antes do Patrus, parece, e eu tava vindo de Santo André, São Paulo, do primeiro governo do Celso Daniel, Heloísa e Cláudia elas ainda não tinham tido experiência em gestão. A Heloísa nem sei da onde que é que a Heloísa tava vindo não, eu sei que ela entrou para o IGC naquela época, ela tava trabalhando para gente quando ela entrou para o IGC. Mas enfim, éramos militantes, ligados a... ativistas, ligados ao PT e, especialmente, eu e Carlos ligados aos movimentos de luta pela moradia. E... então é isso, era esse grupo, a origem dessa ideia vocês conhecem e tal, e claro, o movimento que... a União é que começou com essa ideia, em termos de movimento popular, a Federação de movimento popular de luta pela moradia que abraçou essa ideia foi o pessoal da União mesmo. Aqui em Belo Horizonte o pessoal, que na época nem era da União e depois, parece, é que se articulou com a União, eles eram muito ligados à Igreja. Aqui em Belo Horizonte tinha essa coisa, o movimento ligado à Igreja e o movimento ligado ao PT, não, ao PC do B.

Giselle: Sim, o pessoal da ASCA tem uma origem direta com a Igreja Católica.

Mônica: É, e depois eles vão pra União.

2. Do seu ponto de vista quais as maiores dificuldades enfrentadas na construção do programa de autogestão? Havia diferenças explícitas entre a condução dos processos apoiados pelo PT versus os do PC do B? Quais os demais conflitos dentro da estrutura do poder público?

É, só pra vocês entenderem um pouco, assim, o que é que está por trás também do que o pessoal do PCdoB, o movimento ligado ao PCdoB tinha na cabeça... o PCdoB estava à frente

desse movimento de ocupação da década de 80 e o foco deles era ocupar e, a partir da ocupação, negociar para [realizar] loteamentos populares, assim o ocupante ia para um lote. Não existia aquela ideia de criar um grupo organizado para fins de construção de conjunto habitacional, era, vamos dizer, o pleito era negociar que o poder público implantasse um loteamento e aí cada ocupante tinha acesso a um lote. E eles tinham feito... eles tinham conseguido algumas conquistas nesse sentido aqui em Belo Horizonte. Havia alguns loteamentos quando a gente entrou na gestão do Patrus, eram loteamentos até sem infraestrutura, [loteamentos] que o pessoal abria rua, demarcava lote, e o pessoal que estava na ocupação, montava uma lona preta dentro do lote. Tem até uma liderança, que é minha amiga até hoje, a Geralda, ela é um caso exemplar, ela tinha não sei quantos filhos, ela era do PCdoB, participava das ocupações e conseguiu um lote lá no... acho que é Mariquinhas, e se não me engano, o lote dela, e aí foi para lona preta e de dentro da lona o povo abria uma conta na loja de construção local e todo mês comprava um tiquinho de tijolo e ia montando as paredes no entorno da lona preta e aí depois fechava e tirava lona e tinha um, depois aí a construindo outro cômodo e assim ia. A Geralda era uma guerreira né, iguais a ela muitas outras mulheres... e eram principalmente as mulheres que ficavam, que enfrentavam essa barra aí por causa dos filhos então muitas histórias impressionantes de superação. Então essa era a tática do movimento de moradia ligado ao PCdoB, era isso. Então não havia uma intenção muito para além, claro, dentro dessa ideia de prover, aí sim, aí eles falavam não... aí eles queriam que Estado construísse conjuntos habitacionais para eles. Mas naquela prática dos anos 80 de ocupação, já era uma grande conquista o lote com a lona lá dentro, então era uma conquista... era um movimento organizado, coletivo, mas na hora da conquista era o lotinho individual e aí cada um construía como dava. Inclusive no início também, além do programa de autogestão, a gente criou o programa de apoio à autoconstrução, muito focado aí nesses conjuntos, para apoiar esse pessoal das ocupações que tinha esses loteamentos, apoiar com material para eles construíram suas casas, aí a prefeitura implantou infraestrutura e tal. Então tinha esse outro braço e esse braço... esse programa era muito querido do pessoal do PCdoB porque justamente atendia a base do PCdoB que tinha conseguido conquistar seu lote lá nesses loteamentos periféricos.

Giselle:* Mônica, deixa eu só fazer uma intervenção, é que chega a ser é ambígua essa posição porque autoconstrução a partir desses lotes conquistados é possível e agora mutirão autogestionário não...

Mônica: É, um sacrifício enorme né? não é que eles achassem que essa devia ser a política generalizada, mas esse era o horizonte máximo que eles conseguiram alcançar por meio dessa tática das ocupações. Havia... eu não me lembro se chegou a haver conjuntos habitacionais construídos para... capaz do Carlos Medeiros saber disso... para o pessoal de ocupação e, se tinha, eu não me lembro, eu me lembro mais desse modelito aí. Então aí vinha o pessoal do PT, Carlos de Ipatinga e eu de São Paulo, onde eram os dois lugares onde essa ideia da autogestão tava rolando e a gente ia nas caravanas no movimento pela moradia, ao longo da década de 80, e a principal bandeira era a criação de um programa nacional de autogestão. Então a gente trouxe essa ideia para dentro do governo e quando a gente foi discutir a política habitacional, claro, a gente começou a articular o programa de autogestão. Mas então, na prática, na implantação da autogestão, como é que esse conflito aparecia né? Porque o pessoal do PCdoB não deixou de disputar as unidades que eram ofertadas no Orçamento Participativo da

Habitação, eles disputavam conjuntos que iam ser construídos pela gestão também, eles estavam lá, tanto que eles assumiram a gestão de alguns. Qual era a diferença? Eles investiam pouco, ou não investiam, em mutirão, era uma coisa assim mais pragmática, eles tendiam mais para contratar uma empreiteira e a empreiteira fazia a gestão, fazia a obra. Então essa é uma diferença, não havia investimento nos empreendimentos deles, o foco era mais a construção mesmo, “vamos pegar dinheiro aqui para contratar uma empreiteira e vamos construir esse negócio aqui para atender a nossa base”, era uma coisa assim mais pragmática e nos empreendimentos que ficaram com entidades ligadas ao PT e a Igreja havia investimento grande no processo, no canteiro, na organização daquele grupo ali por meio da participação no canteiro. Não é que pessoal dos empreendimentos ligados ao PCdoB, não é que eles deixavam de fazer atividades coletivas, de incentivar a organização não, mas passava mais por outro caminho, o canteiro não era explorado como espaço de fomento da organização, esse tipo de coisa não. Essa era a principal diferença assim, o que acabava que não era um conflito, nunca chegou a, assim, realmente... A Dalva respeitava, como eu disse, é só que ela não fazia muita força, digamos assim. O movimento disputava os empreendimentos, mas fazia de uma maneira um pouco diferente. É até nesse sentido que eu te recomendei Giselle pesquisar como é que rolou a produção em conjuntos assumidos por entidades que não eram ligadas à União, ao PT, porque era um pouco diferente sim. Para dizer a verdade eu não sei a fundo, em detalhes, exatamente como rolava lá. Eu era da Diretoria de Planejamento, então eu trabalhava mais com a parte do planejamento, a obra mesmo quem acompanhava era o Carlos, que era o Diretor de Obra, então, talvez, seja uma pessoa mais indicada para falar sobre isso. Mas, mais ou menos, eu sacava essa diferença.

Giselle:* E teve algum tipo de atitude, além dessa grande diferença da condução do processo para a construção dos conjuntos, existiu algum conflito em relação à implantação do programa de autogestão? Alguém que se opôs ou algum grupo dentro do poder público que se opunha à essa ideia?

Mônica: Sim, do governo sim, houve uma resistência imensa, até hoje infelizmente tem uma resistência imensa, imensa, imensa!

Giselle:* E por que isso ocorria, Mônica?

Mônica: Medo, preconceito, de colocar dinheiro na mão de associação, de identidade popular, preconceito mesmo! Não acreditavam que podia dar certo... eu também falo, lá na dissertação, se não me engano, houve no Estado, acho que década de 70, início da década de 80, o PRODECOM, um programa Estadual que chegou a fazer alguns convênios com associações de favela, repassando o recurso para eles fazerem obras, pequenas obras, e parece que houve casos de desvio de dinheiro, alguma coisa assim, e aquilo ficou... mineiro é um sujeito muito desconfiado, pessoal fala que lançamento de produto novo costumam lançar aqui primeiro, porque se passar aqui tá tranquilo. É um povo assim, grilado, desconfiado e com tendência a trauma, aquele trauma assim que fica para a vida toda, não supera não. Então teve algum problema lá no PRODECOM, eu nem sei direito o que que era, mas isso era... o povo nem falava direito o nome porque era um negócio, um tabu, assim, e aí então isso... o pessoal do governo, não internamente da URBEL não, como eu disse, a Dalva liberava a gente para criar, tocar o programa então, mas no governo mesmo, no do governo PT, o pessoal da área jurídica, o

pessoal... era impressionante, então eu considero que era uma atitude gerada pelo preconceito puro mesmo.

Giselle:* Ah mas isso que você falou de não ser interna a URBEL é importante para a gente entender a dimensão de tudo, então dentro da URBEL por mais que existisse essa divergência, assim, ou uma abordagem diferente, as pessoas entendiam a importância desse programa da autogestão e compraram a ideia de alguma maneira, né?

Mônica: Não boicotavam!

Giselle:* Legal, isso eu queria entender.

Mônica: Podiam até não ajudar, mas não boicotavam. Não senti em nenhum momento atitude de boicote, era como se fosse assim: “isso é um programa de vocês aí”, “vocês aí”, éramos nós aqui, entendeu? “aí vocês tocam, não vou me esforçar muito”, mas era uma coisa... então a gente se articulava, se articulava com nossos pares de fora da URBEL também. É, mas tinha esse povo mais conservador, que tinha muito medo e preconceito mesmo, não tem outra palavra. E a experiência com o PRODECOM não tinha figura da assessoria técnica

Giselle:* Que é uma distinção

Mônica: Outra história, outra proposta, outra ideia, então o povo de tanto preconceito não conseguia nem escutar. Então a gente, na época, a gente se preocupou muito em lançar a ideia junto aos técnicos, junto aos movimentos, e talvez a gente tenha trabalhado pouco dentro do próprio governo, a gente achava tanto, que a gente tava em casa, que a gente descuidou, talvez, de trabalhar [dentro do governo]. Então o programa, no início dele, a gente levou o governo Patrus todinho tentando lançar o programa e não conseguia, aí é que no final do governo Patrus, o movimento ocupou a URBEL.

Giselle:* No último dia mesmo da gestão do Patrus.

Mônica: Isso, ocupou a Urbel, ocupou, foi na base da pressão mesmo, então o primeiro convênio foi assinado.

3. Na sua dissertação é mencionada uma sedução do movimento para com a ideia da autogestão, gostaríamos de saber quais foram as estratégias e em qual momento foram utilizadas?

Mônica: A gente fez... é aí que tá viu GiseLle, a memória fala... mas a gente fez várias conversas no Conselho, a gente tinha um Fórum de lideranças do Movimento Sem casa, a gente trabalhou essa ideia lá, a gente fez um seminário chamando a Usina, o Cearah Periferia que era uma ONG dedicada a assessoria, também lá no Ceará, o pessoal do Arruar que era de Recife, uma assessoria voltada para favela, mas era um trabalho autogestionário que eles faziam com as favelas, então chamou esse pessoal e fizemos seminário e tal, fomos... eu fui, acompanhando uma delegação de lideranças daqui de Belo Horizonte lá no Uruguai para eles conhecerem a experiência uruguaia, foi até uma delegação que tinha liderança do Brasil inteiro, então eu fui acompanhando a delegação, o grupo aqui de lideranças. Porque eu era da URBEL mas eu tinha um pé também com o movimento aí eu fui com eles e foi, eu acho, que foi essa ida ao Uruguai que concretizou a ideia da autogestão na cabeça deles, eu acho. Eles já vinham comprando a ideia e começaram a conversar com pessoal de Ipatinga, de São Paulo, mas eu acho que essa

viagem, é, calçou fundo. A gente... a FUCVAM, que é a Federação lá uruguaia, recebeu a gente super bem, a gente ficou o tempo todo com eles, fizemos várias atividades com eles e principalmente visitas aos conjuntos, a gente visita os conjuntos e conversa com os moradores, tipo um Rolezinho que a gente fez aqui a gente fez lá. E foi uma comoção, as lideranças choravam de emoção porque elas viam conjuntos que existiam há 30 anos ou mais (na época) que foram construídos em autogestão e a gestão condominial, a gestão do conjunto, continuava fortíssima e eram conjuntos que ao longo do tempo iam melhorando, iam criando serviços comunitários, às vezes serviços médicos, odontológicos, esporte, cultura e os conjuntos super bem cuidados, super bem mantidos, lindos, uma arquitetura muito legal, era uma diversidade, não sei se continua, mas era uma diversidade de projetos muito grande e uma qualidade de projeto muito boa também e as lideranças contavam, de lá, contavam para as nossas [lideranças] as histórias do mutirão e contavam o que eles faziam, mas, nossa, assim, ficou todo mundo impactado de ver, de enxergar, que é possível. E aí eu acho que foi aí que o pessoal comprou mesmo essa ideia. A gente tava doido para eles comprarem a ideia da propriedade coletiva também, mas isso tem resistência até hoje, até hoje a gente está tentando implantar o programa de locação, hoje tem principalmente liderança do PCdoB, inclusive, que era ligado ao PCdoB, questionando a questão da locação e tal, mas a ideia então foi aí, eu acho que foi aí. E quando voltou da viagem eu fiz uma apresentação, tanto para o pessoal do governo, como para o pessoal do fórum dos em casa. Porque foram poucas lideranças, devem ter ido aqui de Belo Horizonte umas dez lideranças, a gente encheu um avião de carreira, só de liderança, mas daqui de Belo Horizonte só tinham umas 10, então quando a gente voltou eu preparei uma apresentação contextualizei a situação contei... o pessoal que tirou foto... aí a gente fez uma apresentação pro conjunto das lideranças, eu me lembro disso, acho até que eu esqueci de falar isso na dissertação... eu nem lembro em que ano foi isso... e também teve essa hora, de quem não foi, escutou de quem foi, a realidade do pessoal contando, do pessoal falando, então a coisa foi tomando corpo, foi um pouco por aí.

Giselle: A gente sabia que que o movimento tinha conhecido de perto essas experiências mas eu não entendia que tinha acontecido antes, então foi ótimo você ter contextualizado porque conversando foi com Guilherme, marido da Antônia, lá do Villa Régia, ele comentou mesmo dessa viagem mas a gente não sabia em que momento ela tinha acontecido, mas pelo visto teve impacto... ele conta isso com detalhes... de ter visto a experiência de perto e tal, mas maravilhoso saber que depois isso também foi disseminado para aquelas pessoas que não puderam estar lá junto das lideranças.

E eles aos poucos... eles criaram... foi aí até que eles entraram para a União, eles criaram uma articulação mais forte com pessoal de São Paulo, acho até que mais forte do que com o pessoal de Ipatinga, talvez. Aí eles foram visitar também os conjuntos lá de São Paulo, aí começou o intercâmbio.

4. Como você avalia essa iniciativa ter partido do poder público (comparação com SP em que foi uma clara reivindicação do movimento social)?

É isso que você falou... porque em São Paulo também Giselle, se você ler a história, principalmente Nabil conta muito isso... a iniciativa foi de técnicos também.

Giselle: Ah entendi então foi disseminando né?

Mônica: É, veio um técnico uruguaio, que eu não me lembro aqui o nome dele o

Giselle: O Leonardo piscina Pessina?

Mônica: Não, o Pessina veio depois, foi um técnico que veio antes do Pessina e ele começou a difundir essa ideia. E eu acho que essa ideia da autogestão foi muito construída a partir do meio acadêmico, inclusive, as experiências foram gestadas muito dentro dos laboratórios, dos projetos de extensão, durante a década de 80. Então também não vejo como sendo... aí os técnicos interagindo com o pessoal dos movimentos, quer dizer, houve também esse movimento de alguns técnicos lançarem a ideia pro movimento. Talvez Nabil seja melhor aí para contar essa história pra vocês, mas eu vejo também isso, só que eram técnicos que não estavam no poder público na época, era o pessoal da Academia, ou militantes mesmo, mas, é, eram técnicos, porque a gente tinha isso antigamente. A ideia da Assessoria Técnica aos movimentos ela era muito a ideia do voluntariado, eram pessoas que dispunham a doar horas de trabalho técnico ao movimento, mas eram assessores do movimento, havia essa distinção, havia a identificação disso, só não eram remuneradas, não havia financiamento para essas assessorias técnicas, era uma coisa assim de ativismo, de voluntarismo. Então a gente dentro do governo Patrus, dos primeiros governos progressistas, a gente estava vindo da militância. A minha primeira experiência com o poder público... porque eu fui parar lá em Santo André? porque eu organizei um seminário aqui para o movimento de favelas... porque a grande discussão na época é se era mais importante urbanizar ou regularizar, aí tinha uma turma que defendia que tinha que urbanizar, outra turma que era regularizar, aí tava nessa discussão, a ideia da abordagem integrada surgiu um pouquinho depois, aí eu na década de 80, 85 por aí, 86... eu assessorava o movimento de favelas aqui de Belo Horizonte, aí eu ajudei a organizar esse seminário para o movimento discutir e por causa desse seminário, por causa desse trabalho, me chamaram para coordenar um programa de favelas lá em São Paulo, então eu era uma militante, eu entrei no poder público... assim eu caí de paraquedas, eu não era uma gestora pública, não tinha alma de gestora pública, eu tinha alma de militante, aí eu caí lá, a primeira vez que um vi um processo administrativo na minha frente eu quase enlouqueci, eu não sabia o que era aquilo, o que fazia com aquilo, o que era... então, na verdade, a gente era... a gente tinha uma alma muito mais de militante do que de gestor público, era bem misturada. Talvez eu não veja uma diferença... não veja muito... muita, muita contradição nisso, por causa disso. Eram governos que trabalhavam para implementar bandeiras do movimento como política pública. Para transformar as bandeiras do movimento em política pública, então isso aí. A gente vivia conflitos internos com certeza, não era fácil não, mas né era cabeça mais de militante do que qualquer coisa.

Giselle: É, contextualizar isso é importante para a gente entender que de fato... quando a gente escuta assim que vocês vinham da militância junto desses movimentos e aí incorporam o quadro e vão gerir mesmo esse processo, criar ele, gerenciar, fica parecendo muito mais que vocês são do poder público e de repente é como se deixassem de ser militantes, se colocado dessa forma, e não é verdade, vocês estavam o tempo inteiro junto do movimento.

Mônica: É claro a gente tinha conflitos internos, a função Gestão Pública te coloca em outro lugar mesmo, mas era quase que uma continuidade da militância.

5. Pelo que entendemos, o OPH não estava previsto inicialmente como parte do Orçamento Participativo, certo? Qual era a discussão dentro poder público sobre a produção de novas moradias antes de se formular o OPH? E qual foi a influência do movimento dos sem-casa para sua criação?

Mônica: Olha, sempre houve a proposta, desde o início, desde 1994, sempre houve a intenção de investir na produção de moradia. Então a produção de moradia aconteceria de um modo ou de outro. O que aconteceu é que...foi uma consciência de que o recurso municipal era limitado para atender em grande escala essa demanda pela construção de novas moradia, era aquele contexto que vocês sabem que na década de 90 não tinha, [governo] Fernando Henrique Cardoso não tinha investimento em política nacional em grande escala não, então a gente com muito suor conseguia um financiamentozinho aqui, algum outro ali, mas não tinha esse investimento que a gente viu no governo Lula-Dilma não. Então era o município mesmo, então não tinha a proposta de construir o programa de moradia, mas a demanda era imensa e a pressão do movimento era imensa também e essa pressão acontecia diretamente lá na URBEL também, acontecia via orçamento participativo geral, o orçamento participativo geral, o movimento sem casa baixava lá e começou a pleitear moradia lá dentro do orçamento participativo geral. Então é essa constatação de que os recursos eram limitados para atender uma demanda tão grande e há uma pressão tão grande que o orçamento participativo [da habitação] foi uma resposta do poder público para organizar essa priorização de atendimento, para que esse atendimento se desse de forma transparente porque era muita demanda, pouco dinheiro, então tinha que priorizar, tinha que ter critério de priorização de atendimento e então o OPH veio como uma estratégia para tornar transparente esse processo de priorização de atendimento, era um funil assim ó [demonstrando com as mãos] a demanda é desse tamanho e era atendido um percentual ínfimo.

Giselle: Impressionante, a gente viu o número de participantes crescendo ao longo dos fóruns participativos, dessas assembleias... a gente não consegue enxergar o que foi isso naquela época, naquele momento...

Mônica: Era uma expectativa muito grande. Então, era pouco dinheiro, muita demanda e muita expectativa. Então, na verdade, o OPH surgiu dessa equação aí. Quando o Patrus entrou o investimento municipal em habitação ele foi aumentado em muitas vezes porque era nada que tinha, praticamente nada, então houve uma expansão muito grande, mas mesmo assim era muito pouco, mesmo assim era muito pouco, e até proporcionalmente, a média histórica naquela época era 1% do orçamento, isso com muito suor, com muita pressão e tudo. A habitação era o patinho feio mesmo, uma política muito cara, muito cara, então foi a saída, o OPH foi a saída.

6. Qual o impacto da criação do OPH nas ocupações urbanas que surgiam naquele momento? Inibiu?

Mônica: Olha, você falou aí que a autogestão saiu de dentro do OPH, mas não saiu não, a autogestão estava na roda desde o início, a gente já tá ali o tempo todo na criação do programa, na formulação do programa, em indicação de terreno, na conquista de recursos para construir os conjuntos e tal, foi sair no final do Patrus por causa daquela resistência do governo, mas assim autogestão foi desde o início, a ideia foi construída desde o início e aí o

OPH apareceu nessa circunstância que eu te falei e aí o dinheiro que era conquistado via OPH, parte, parte dele, era destinado para empreendimentos de autogestão.

Giselle: Bom, então, só para conseguir consolidar, porque realmente essa é uma dúvida, que bom que você esclareceu, então o OPH de alguma maneira ele viabilizou os recursos do programa de autogestão mas que já estava sendo pensado antes mesmo do OPH existir

Mônica: Aí todo o recurso que estava sendo conquistado para a produção de moradia foi no OPH pra então ter esse processo transparente aí de definir quem que ia ser beneficiado, mas esse recurso vinha sendo conquistado lá atrás... os terrenos, tudo, projeto já estava sendo feito [...] Inclusive na primeira geração os projetos não foram feitos em autogestão por causa disso, porque demorou tanto para assinar convênio que aí a gente foi fazendo os projetos.

Giselle: Sem as pessoas envolvidas, de fato, participarem daquilo né?

Mônica: Não, participava e tudo, mas não era como uma autogestão [...] não chegava de jeito nenhum ao nível de participação quando o projeto é elaborado já dentro do projeto de autogestão, tanto que algum desses projetos, tanto que quando começou a obra, aí o pessoal exigiu algumas mudanças, alguns projetos foram mudados já no processo de autogestão... o pessoal se apropriava daquilo, aí avaliava, achava que podia ser melhor, assim ou assado, então alguns projetos chegaram a ser modificados no período já de início de obra.

[...]*

As ocupações durante a década de 80, na verdade, era a principal estratégia do movimento então eram ocupações importantes, mas eram ocupações promovidas principalmente pelo pessoal ligado ao PCdoB e elas eram uma tática para chegar no objetivo final que era negociar um lote ou uma moradia com o poder público, é um pouco diferente de uma ocupação que a gente vê hoje, a Vitória lá da Izidora, o pessoal ocupou e consolidou a ocupação ali mesmo e tal. Na década de 80 a ocupação era mais uma maneira de pressionar o poder público, tanto que uma vez o povo ocupou foi a escadaria da Igreja São José, era uma maneira de dar visibilidade para aquela ocupação para pressionar, então era um pouco diferente. Quando ..tanto... durante a campanha do Patrus, tanto o movimento ligado a Igreja, quanto o movimento ligado ao PCdoB se engajaram na campanha do Patrus e participaram da construção do programa de governo, eu na época da campanha do Patrus, eu não tava aqui, eu tava em São Paulo, mas o pessoal vai e me conta né, o pessoal se envolveu na construção, o pessoal deu muita força para o Patrus ser eleito. Então, quando o Patrus foi eleito, eles viam aquele governo como um governo parceiro, era sentimento, então com um parceiro você faça um pacto, você faz pactos de confiança, então foi feito uma espécie de pacto de confiança, de construir uma política... tem liderança que até hoje fala isso, você pega uma Edneia da vida e até hoje ela fala isso, ela tava lá no início né? Era uma relação de parceiro, eles perderam aquele pique de reivindicar, de ocupar, a expectativa toda ficou canalizada para o governo, para fazer parceria com o governo, para construir uma política, para fazer parceria, para construir uma política, porque a ideia era que essa política ia atender a demanda do movimento. Então houve um pacto mesmo e as ocupações pararam de acontecer por causa disso isso foi um dos... é assim como nós que viemos da militância e entramos no governo e a gente ficou meio misturado, o pessoal do movimento também ficou meio misturado e isso até de certa forma não foi muito bom, o movimento perdeu um pouco da sua vitalidade da sua autonomia,

porque apostou muito todas as fichas ali na parceria com o governo e um governo municipal que não tinha dinheiro do governo federal, nem do governo estadual, então uma limitação muito grande, ou seja, uma receita para uma explosão, uma receita perfeita para dar errado. Então é isso, aí pararam mesmo as ocupações e até hoje tem setor do movimento que preza esse pacto, que coloca... tanto que movimento de luta por moradia em Belo Horizonte é meio rachado, é a turma das ocupações e essa turma que ainda se coloca como um parceiro do governo evita ocupação, aí a uma Ednéia da vida, por exemplo, que se coloca nessa turma... que coloca o campo institucional como um campo de atuação do movimento, a Ednéia nos últimos tempos, e alguns companheiros dela, já vêm mudando um pouco a postura falando "ah desse jeito nós também vamos ocupar, desse jeito não tá dando certo não" aí eles viram pro governo e falam "vocês estão quebrando a parceria". É impressionante como que isso foi forte. Eu acho que era um movimento assim tão... eram grupos assim tão desconsiderados... não sei se vocês já viram a Ednéia contar o episódio do governo do PSDB... reivindicar, eles foram lá, era o pessoal do Alto Vera Cruz foi lá, no governo do PSDB, anterior ao Patrus, foram reivindicar um tanto de coisas ... Agora eu tô em dúvida se era pelo Alto Vera Cruz ou se era pelo Taquaril, eu acho que eles tinham conseguido conquistar o Taquaril, mas o Taquaril não tinha nada, nada, nada, nada, era assim aqui que eu falei era lote piqueteado e trator abrindo ruas, só isso, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, não tinha equipamento nenhum então eles foram lá reivindicar no governo do PSDB, acho que era Eduardo... ah não lembro quem era não... o cara [o prefeito] virou para eles e falou assim "mas quem são vocês? Vocês nem existem!" abriu o mapa assim na frente deles e falou "me mostre aqui cadê vocês, vocês não existem, como é que eu vou ajudar vocês?". Era um tratamento assim tão de desqualificação, de desconsideração, de falta de reconhecimento de direitos, que o pessoal ficou muito encantado com o governo popular. Eles se sentiram, assim, contemplados, eles se sentiram... eles cresceram com aquilo e aí se desocuparam da luta mesmo, se desocuparam, se colocaram numa postura de parceria e não numa postura de mobilização para cobrar etc. de autonomia em relação a esse governo.

Giselle: Esse contexto aí é super importante porque mostra que foi um movimento que teve espaço nesse momento de um governo Progressista mas ao mesmo tempo que se contentou, assim por dizer, com esses ganhos e de alguma maneira se esvaziou, se desmobilizou, essa Luta foi institucionalizada então ...

Mônica: Ela perdeu um pouco de autonomia...

Giselle: E isso é muito importante pra gente entender

Mônica: Então, o sentimento deles era de pertencimento mesmo porque eles tinham espaço, eles iam nas reuniões, eles construía, eles iam no Conselho, eles iam no Fórum dos Sem Casa, a qualquer momento eles eram escutados e era relação de parceria mesmo, aí ficaram bem deslumbrados com isso e abdicaram das outras estratégias, continuaram... o pessoal da União continuou articulado com pessoal da nacional fazendo lutas no nível Federal, continuaram, mas no nível local com menor autonomia eu vejo isso.

7. Especificamente sobre o processo de assinatura dos primeiros convênios da autogestão são mencionados diversos conflitos (fita FINEP n°4). Que conflitos eram esses?

Giselle: Você menciona recursos escassos, demanda grande...

Mônica: Ah não, não, eu acho que estava no campo principalmente da resistência, porque era a assinatura do convênio que ia possibilitar a transferência de recursos inicialmente pra então concretizar. Então o que estava por trás da demora na assinatura dos convênios era essa resistência à ideia da autogestão, então mil problemas de ordem jurídica, eram criados mil problemas de ordem jurídica, tudo era muito difícil eu coloco muito mais o motivo dessa demora, eu coloco muito mais na resistência do que na falta de recurso porque recurso bem ou mal você já tinha ali programado.

8. Você saberia dizer o porquê de uma associação direta da autogestão com o mutirão? O mutirão era necessariamente uma contrapartida dos beneficiários?

Mônica: Olha, eu fiz essa pergunta para o João outro dia, perguntei “João como é que é... a gente às vezes vê a ideia do mutirão ligada à questão da economia, no custo de produção, às vezes a gente vê a ideia do mutirão sendo tratada como uma estratégia de organização do grupo, de coesão, de maior apropriação do grupo em relação à moradia, e aí, como é que é isso, você conhece alguma pesquisa de alguém que checou se a economia do mutirão é realmente é significativa?” aí ele gaguejou bem para responder mas no final ele falou “olha, eu acho que a economia... ela se dá mais mesmo é pela gestão, é pela gestão, não é muito pelo mutirão, é claro que o mutirão representa algum nível de economia”, mas, segundo o que ele falou, porque eu não tenho... João tem experiência prática, eu nunca acompanhei o canteiro para dizer isso, mas ele falou “eu acho que uma obra, conduzida de forma racional, pensando em garantir uma qualidade da obra, da casa, da moradia, e assim, não tem segredo, ela é econômica, vai ser uma construção... não tem o componente lucro, então tudo ali é voltado para baratear o custo da produção, para melhorar a qualidade da moradia e você consegue isso com procedimentos simples, transparentes, numa boa gestão”. Então a conclusão é ... vamos dizer que ele defendia mais é a ideia da autogestão, não necessariamente a do mutirão, não quer dizer que nos empreendimentos sem mutirão que você não vai ter atividades de envolvimento das famílias, de reforço da organização dessas famílias, não quer dizer, tem que ter, claro, inclusive as famílias têm que acompanhar essa gestão, tem que saber o que tá acontecendo, tem que tomar decisão o tempo todo ... você lembra da Leta contando aquele negócio do tijolo, Valemix versus não sei, é versus Sical, então mesmo que não houvesse mutirão as famílias estariam ali reunidas, organizadas, para decidir se era Sical ou Valemix elas teriam a apropriação ali de um jeito ou de outro, então eu te respondo com a resposta do João. Eu acho que o mutirão veio muito da ideia de criar esse ambiente de ajuda mútua, esse ambiente de construção coletiva eu acho que muito em cima disso daí principalmente.

9. Vimos que apesar de a Resolução nºII do Conselho mencionar o estímulo à autogestão na produção de moradias há uma divisão proporcional de recursos entre autogestão, co-gestão e gestão pública, qual o motivo disso?

Mônica: Eu não tenho esse percentual não, mas com certeza o percentual de obra em autogestão deve ser bem menor por causa dessa resistência que eu te falo. Tem uma luta e o movimento também não era uma... eles achavam legal e tal, defendem e tudo, mas a administração fazia corpo mole com a autogestão, queria... a tendência era mesmo canalizar para o processo tradicional, passar dinheiro para empreiteira e não para a entidade, então toda a tendência do pessoal de obra era essa, era o que eles conheciam, era o que eles sabiam fazer, então existia todo um rio que corria para esse mar e a gente na contramão e o

movimento não batia... eu acho que faltou um pouco o movimento bater o pé para cobrar essa prioridade de fez valer, era uma decisão que se houvesse uma pressão política poderia ter sido outra, não houve muito essa pressão política para dar prioridade a autogestão. E também teve... e depois daquela primeira leva... houve a segunda leva do Crédito Solidário, já no governo Lula, e tem isso também, a falta de um programa Federal contínuo...a falta de um financiamento, de um programa Federal também nesse sentido fez falta também, mas é isso, uma resistência muito grande. O pessoal da obra, que fiscalizavam os empreendimentos, sempre preferiu fiscalizar os empreendimentos de empreiteira. A Leta que sabe bem...era mais fácil pra eles, já era aquele... dava menos trabalho.

10. Você saberia nos dizer as principais diferenças entre os processos encaminhados na primeira geração dos conjuntos da autogestão em comparação com os da segunda? Você teve envolvimento na segunda geração dos conjuntos?

Mônica: Tive no início, e saí da prefeitura de Belo Horizonte um pouco por causa disso também. Tive, eu ajudei a organizar os convênios de autogestão das etapas de projeto e acompanhei um pouco... conversamos com universidades, IAB e organizamos aí uma verdadeira campanha para que entidades de assessoria se credenciassem na URBEL, pra que as entidades do movimento pudessem escolher assessorias para fazer seus projetos. Acabou que foi até exitosa aquela fase que tinham várias assessorias, cada uma com uma metodologia participativa, pra promover a participação do pessoal... então foi muito rico e muito interessante. Mas o pessoal na época... (eu já não estava na diretoria, eu estava como contratada, como uma espécie de consultora externa), e o pessoal da equipe de projeto da URBEL e da CAIXA também, porque passava pelo crivo dos dois, da CAIXA e da URBEL, o pessoal muito 'viciado' naquele esquema de 'agazinho' e prédio em linha e prédio em H, aquele padrão, então colocava muita dificuldade foi tanto que algumas assessorias não aguentaram a pressão e acabou que o projeto virou um 'agazinho' qualquer. Mas o início foi muito legal, foi muito bacana, muitos projetos diferentes, então eu tava nesse início, aí teve uma hora que eu perdi a paciência ... eu perdi a paciência, aí eu recebi um convite para ir para Contagem, aí eu fui pra lá e logo também eu saí, foi logo quando eu saí do poder público. Ajudei a montar a política habitacional lá em Contagem, que era o primeiro governo da Marília. Até tô dando uma ajudinha para eles lá agora de novo, inclusive já levei o João lá, levei assim, indiquei o João pro pessoal, a USINA foi lá... o pessoal, conversando com a prefeita, a prefeita tá botando um empreendimento piloto em autogestão, o primeiro lá.

Giselle: A gente tem que ir lá também...

Mônica: Não tem nada ainda não, só tem a decisão política, mas pessoal adorou a USINA, a experiência da Usina e tal. Aí vão começar com o piloto, pra a partir desse piloto, formatar um programa mais amplo aí pra frente. Eles vão começar ao contrário da gente, porque aqui a gente primeiro formatou o programa, aí depois que foi implementar, [já] lá eles estão querendo fazer um piloto, até porque... por causa desse contexto, que não tem grana Federal, é só dinheiro municipal, então eles estão querendo fazer um ou dois pilotos pra então, a partir dos pilotos, da experiência dos pilotos, formatar o programa.

Giselle: Bacana demais, vamos acompanhar, eu acho que vai ser interessante ver o nascimento, nesse contexto atual, de alguma experiência em autogestão municipal.

Mônica: É, mas a principal diferença foi essa, foi na etapa de projeto, e a outra diferença foi a carga de burocracia... aumentou bastante, porque além da burocracia da URBEL, tinha a burocracia da CAIXA.

Giselle: A Leta menciona isso, porque ela participou na construção do RSV, hoje denominado Mar Vermelho, e ela conta que praticamente inviabilizou a autogestão a partir do número de documentos solicitados, inclusive das pessoas, dos beneficiários, os grupos rodavam demais.

Mônica: É, trabalhavam o projeto com um grupo aí esse grupo não passava no funil da CAIXA, aí quem ia realmente compor o grupo definitivamente eram outras famílias que não tinham passado [pela elaboração do projeto] é uma coisa assim... Aí nesse momento eu me desliguei, foi no final do processo de projeto, aí eu me desliguei .

11. Você enxerga vantagens no processo da autogestão se comparado ao da gestão pública? Quais?

Mônica: Aí eu vou rezar o padre nosso para o vigário, você bem sabe quais são as vantagens né, Giselle? Olha eu acho que a autogestão ela favorece qualquer coisa. Outro dia... eu tenho alguma relação com as pessoas da política de saúde mental, aí acompanhei uma atividade deles, eles estão começando um movimento lá, que é um movimento muito legal do pessoal da saúde mental e eles estão começando com o movimento de autogestão na medicação, porque eles estão deduzindo que a medicação é um dos fatores importantes, que tornam a inserção dos usuários no mundo, na sociedade, e que, às vezes, a medicação é inadequada, é para mais normalmente, e aí tem todo um contexto de pressão da indústria farmacêutica, da classe médica, para impor esse padrão de muita medicação. Então eles começando o trabalho de autogestão de medicação, alguns profissionais já trabalham como uma espécie de assessoria técnica do usuário, capacita os usuários sobre quais são as alternativas de tratamento, medicação, e é o usuário que faz a gestão da sua medicação, ele com a assessoria técnica do médico, muda, faz assim [gestos circulares com as mãos]. Mas é a mesma coisa quando a gente pensa na autogestão [da produção habitacional] é aquele negócio quando eu presto... às vezes eu sou contratada às vezes pela URBEL para elaborar um plano, um PGE, um PRU, para uma assentamento e tudo o que eu faço passa antes pela URBEL e depois é que é apresentado para o pessoal, então ali você já tem todo um crivo, às vezes a gente faz assim 10 alternativas, 10 cenários, chega 1 ou 2 lá pro pessoal, porque o resto é eliminado aqui nesse primeiro filtro, então quando chegar lá é como se fosse a URBEL levando a proposta pro pessoal. E aí é uma participação... assim, o fluxo é outro, você tem ali o intermediário entre a assessoria técnica e o cliente. Na autogestão você não tem esse intermediário, você tem o técnico a serviço daquele grupo ali então eu acho que isso muda totalmente, muda 360 graus a perspectiva da coisa, porque muda inclusive politicamente, é uma vivência política muito forte, muito forte essa vivência.

12. Se a autogestão voltasse a ser efetivamente uma modalidade de produção de moradias hoje, numa possível revisão, quais aspectos você manteria e quais alteraria?

Eu vejo que precisa investir principalmente na equipe da URBEL. A equipe da URBEL tem que passar por uma reciclagem, eu acho que o que mais tem que mudar é isso, é a equipe da URBEL, tem que ser renovada, tem que ser uma equipe capacitada, treinada para acompanhar a implementação de um programa desses, porque se não uma equipe de um órgão público é

capaz de boicotar qualquer coisa desse tipo. E aí você me pegou... assim... não sei, assim de ordem prática o que poderia mudar, eu só fico pensando na equipe da URBEL que tem que mudar, tem que mudar, tem que mudar assim... não são as pessoas, precisa de gente nova, mas tem que ser reciclado, sensibilizado, treinado para este tipo de coisa, porque se não, não dá certo não, aí vira desespero. Eu acompanhei alguns sufocos que o pessoal passou, das entidades, na área da gestão contábil dos empreendimentos, uma certa dificuldade de fazer essa gestão. Eu acho que essa devia ser ... a equipe de assessoria técnica deveria necessariamente incluir pessoal da área contábil para fazer a gestão da obra nessa área, e aí pessoal que passa pelo crivo, porque quando você credencia uma entidade de assessoria técnica, até para garantir que seja uma assessoria técnica razoável, você tem ali critérios e eu acho que os critérios, para formação da assessoria técnica, tinham que ser melhor definidos também, para credenciamento de assessorias técnicas, porque eu vi problemas grandes, problemas complicados... dificuldades na prestação de contas, porque aí a assessoria técnica contratada era o pessoal da área de engenharia, de arquitetura, área social e aí a parte contábil... Eu nem sei como é que isso é resolvido lá naqueles empreendimentos de São Paulo, não sei como é que eles fazem, mas só sei que aqui é uma coisa que eu incluiria, é uma exigência, como critério mesmo, até para proteção do pessoal da entidade, porque se não eles sofrem demais com isso, passa muito aperto.

Giselle: Na verdade, no RSV, essa foi uma arma usada pela Caixa para transferir o processo de autogestão para gestão pública [...] e obviamente arquiteto, no geral, não dá conta de todos os aspectos.

Mônica: É muito específico e eu acho que eles [entidade] têm que ganhar autonomia nisso também, tem que se apropriar disso também, tem que ser assessorados nisso também.

Giselle: Sem dúvidas, esse é um fator super importante e eu vejo que ele foi realmente um dos grandes empecilhos para continuidade na segunda geração, foi um fator decisivo mesmo e a CAIXA usou isso de alguma maneira para desmobilizar a coisa toda.

13. Na minha banca de qualificação você mencionou a existência de um tabu entorno da autogestão e de fato sabemos que essas experiências são pouco conhecidas, inclusive no meio acadêmico, por isso o esforço do Coletivo Habite a Política em realizar o “Rolezinho da Autogestão”. Dito isso, você acredita numa invisibilidade ou mesmo em um apagamento das experiências autogestionárias de BH? A que se deve essa possível invisibilização de processos não hegemônicos na produção habitacional (a quem interessa falar bem acerca da autogestão)?

Mônica: Quando eu falo pra você que se for retomada a autogestão eu acho que a equipe tem que passar por uma reciclagem, por uma renovada é por isso [...] eu vejo que é praticamente a mesma equipe há muitos anos, é a mesma equipe que lidou, por exemplo, com essa segunda geração aí do Crédito Solidário e que criou todos aqueles problemas, essa equipe tá lá, então... a resistência aberta, é como se a URBEL tivesse se cristalizado, pro bem e pro mal, porque tem várias coisas interessantes lá que eles conseguem.. que eles avançaram muito e tem muitas coisas que são indesejáveis, posturas, atitudes indesejáveis. Então eles se cristalizaram, se fecharam, acho que é mais um problema de cultura institucional mesmo, criou-se uma cultura institucional de resistência. Agora o movimento tá batendo na porta, tá cobrando, tá

começando a falar, tá começando a cobrar abertamente no Conselho, talvez, havendo uma mudança de atitude do movimento, principalmente desse movimento mais atuante, o movimento das ocupações, se começar a pressionar também, a falar, a cobrar, pode ser que isso repercuta lá dentro no sentido de uma renovação, mas acho que é uma acomodação, resistência, acomodação, uma certa inércia institucional, já tá ali, naquele ritmo de contratar a empreiteira, é mais fácil e tal, então é uma inércia institucional mesmo. Então, ou tem que vir uma turma mais animada, ou o movimento tem que bater na porta, tem que cobrar.